



O Controle Interno como Ferramenta de Transformação da Gestão Municipal

Palestrante:
Maria Valéria Santos Leal

Por que falar de Controle Interno?

Controle interno é obrigação legal e instrumento estratégico de gestão.



Vai além de fiscalizar: apoia a boa governança.



Melhora a entrega de serviços públicos.



Exemplo: municípios com controles eficientes evitam sanções e ganham segurança jurídica.



Base Legal e Normativa

- A Lei Federal 4.320/1964 - A norma instituiu o controle interno no âmbito da Administração em seus arts. 76 a 80
- O Decreto-Lei 200/1967 prevê a atuação do controle das atividades da Administração Federal
- CF/88 (art. 70 e 74) – Controle Interno obrigatório
- A Constituição do Estado do Piauí de 1989 trata sobre o Controle Interno nos seus arts. 32, 85, 90, 151 e 263
- Lei 14.133/2021 – Modelo das três linhas de defesa (art. 169)

O que é Controle Interno?

Ações, normas e rotinas que garantem legalidade e eficiência.

Protege recursos públicos e evita erros.

Garante segurança à gestão municipal.

Exemplo: revisão preventiva de contratos evita apontamentos futuros.

Controle Interno e Sistema de Controle Interno

Controle Interno

- São as atividades, procedimentos e rotinas realizadas dentro de cada órgão ou entidade
- Exemplo: acompanhamento de contratos de uma Secretaria

Sistema de Controle Interno

- É a estrutura organizada e integrada que reúne todos os órgãos e entidades do Poder Público
 - Base Legal:
 - ✓ CF/1988, art. 74: cada Poder deve manter sistema de controle interno
 - ✓ LRF, arts. 54 e 59: acompanhamento das metas fiscais e limites legais
 - ✓ Exemplo: Rede de controle interno que envolve secretarias, autarquias e o gabinete do prefeito

Finalidades do Sistema de Controle Interno

- Apoiar a administração no cumprimento de metas e planos.
- Assegurar informações confiáveis para decisões.
- Avaliar eficiência, eficácia e economicidade.
- Proteger ativos e garantir transparência.



Modelo das Três Linhas de Defesa

1ª linha: Operacional – controlam suas ações.

2ª linha: Supervisão – orienta e supervisiona os controles.

3ª linha: Unidade Central de Controle Interno – avalia e recomenda melhorias.

Papéis e Responsabilidades

Prefeito (a)



Garante estrutura e autonomia do controle interno

Secretários (as)



Cumprem controles na sua área

Controlador (a)



Coordena, orienta e avalia riscos

Câmara de Vereadores



Acompanha e fiscaliza resultados

Instrumentos de Atuação

| Atividade | Conceito / Definição | Finalidade |
|----------------------------|---|---|
| Auditorias Internas | Exames independentes e objetivos sobre processos, leis e regulamentos | Verificar eficácia, eficiência e conformidade da gestão |
| Fiscalizações | Verificações in loco sobre execução de atividades e preservação de bens | Garantir que ações estejam conforme o previsto |
| Inspeção Especial | Fiscalização pontual e específica, motivada por denúncia, suspeita ou necessidade emergencial | Investigar fatos determinados ou situações irregulares |
| Monitoramento | Acompanhamento contínuo e rotineiro dos processos | Verificar funcionamento diário dos controles |

Instrumentos de Atuação

| | | |
|---|--|---|
| Levantamentos | Mapeamento de controles existentes em determinado processo | Diagnóstico preliminar antes da avaliação de eficácia |
| Acompanhamentos | Verificação do cumprimento de recomendações ou projetos | Esclarecer fatos em auditorias ou investigações |
| Avaliação do Sistema de Controle Interno | Análise global da estrutura e eficácia do sistema como um todo | Emitir opinião sobre a confiabilidade do controle |

Implantação do Controle Interno Municipal

COMO MONTAR O CONTROLE INTERNO MUNICIPAL



Importância do Plano Anual de Atividades

Plano Anual de Auditoria e Controladoria (PAAC)

Passos para a Elaboração

01

Introdução

Base legal e objetivos do PAAC

02

Objetivos

Gerais e específicos da atuação

03

Metodologia

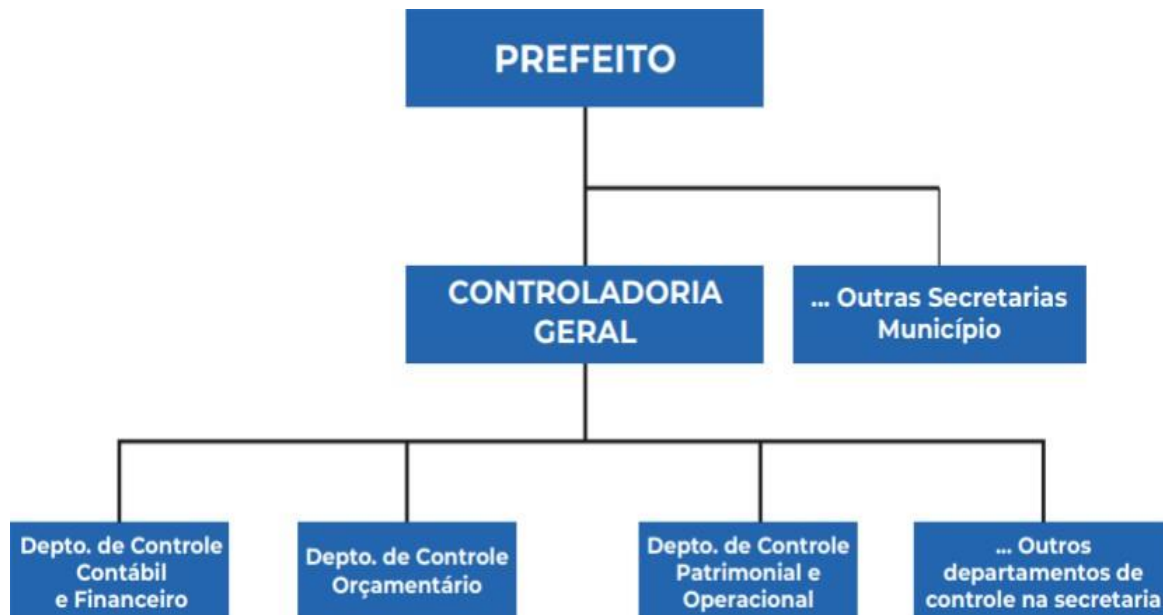
Tipo e prioridade das atividades

04

Cronograma

Distribuição mensal; produtos esperados

Modelo de Estrutura do Controle Interno Municipal



- A figura retrata a estrutura administrativa de um Município formado por Secretarias Municipais e uma Controladoria Geral (unidade central), a qual possui internamente departamentos específicos por áreas de atuação/especialidades
- Este sistema possibilita com tranquilidade a adoção de metodologia de execução diferenciada para o controle da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Educação, por exemplo, privilegiando o princípio da isonomia, uma vez que em cada uma delas haverá in loco uma seccional especializada
- Por meio desta estrutura é possível o conhecimento completo dos procedimentos adotados por determinados órgãos ou entidade, pois diante da amplitude e complexidade de cada Poder (Administração Direta ou Indireta)

Benefícios para a Gestão

Reduz riscos e irregularidades.

Aumenta eficiência administrativa.

Garante segurança jurídica.

Melhora imagem institucional.

Eleva indicadores de gestão.

Exemplos Práticos

Licitações: revisão de edital evita
impugnações.



Despesa com pessoal: alerta preventivo
evita sanções.



Convênios: controle garante prestação de
contas regular.

Exemplos Práticos

Portal da Transparência: manter as informações atualizadas



Gestão Patrimonial: controle protege o patrimônio público.

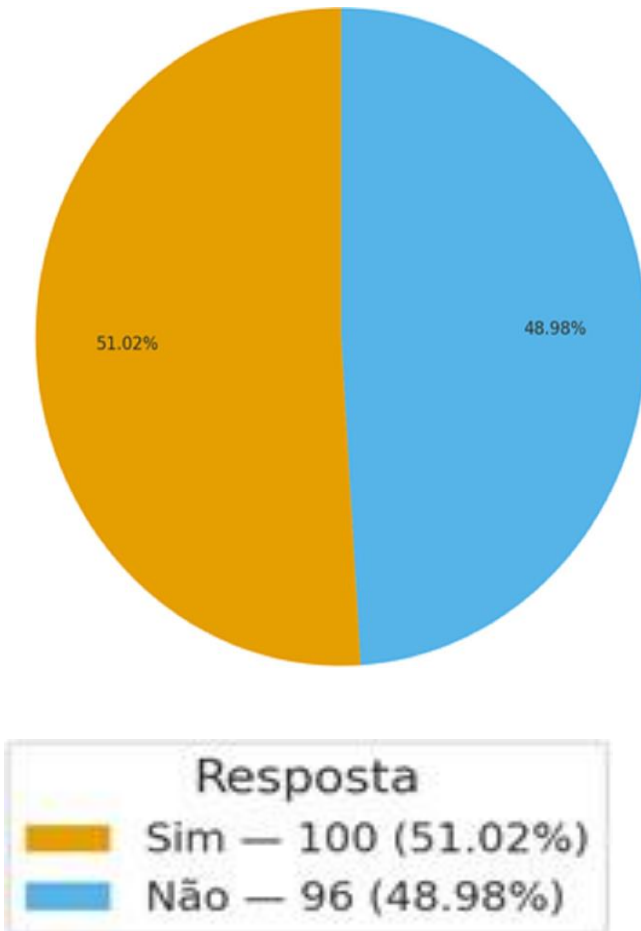


Gestão da Frota: controle garante economicidade e eficiência

Diagnóstico dos municípios conforme dados do IEGM/2025-2024

- ✓ Regulamentação do Sistema de Controle Interno
- ✓ Estrutura organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI)
- ✓ Situação Funcional do Controlador Interno
- ✓ Independência da Unidade Central de Controle Interno (UCCI)
- ✓ Quadro Funcional existente
- ✓ Comunicação de irregularidades
- ✓ Treinamento para o exercício das funções

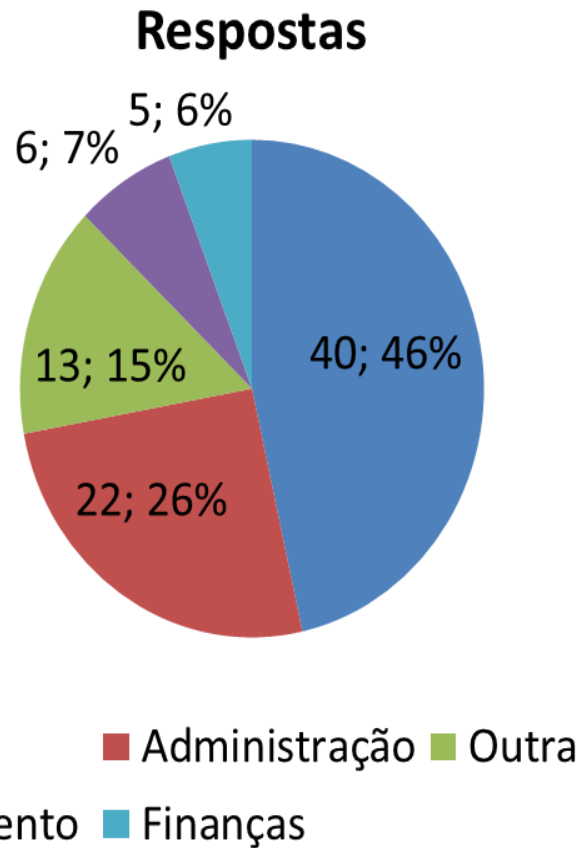
Houve a Regulamentação do Sistema de Controle Interno?



Consequências da ausência de regulamentação:

- Fragilidade na gestão administrativa e financeira
- Aumento do risco de irregularidades, fraudes e corrupção
- Redução da transparência e dificuldade na prestação de contas
- Descumprimento da CF (art. 74) e da LRF

A Estrutura Organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) está associada ou subordinada a qual Secretaria/Diretoria?

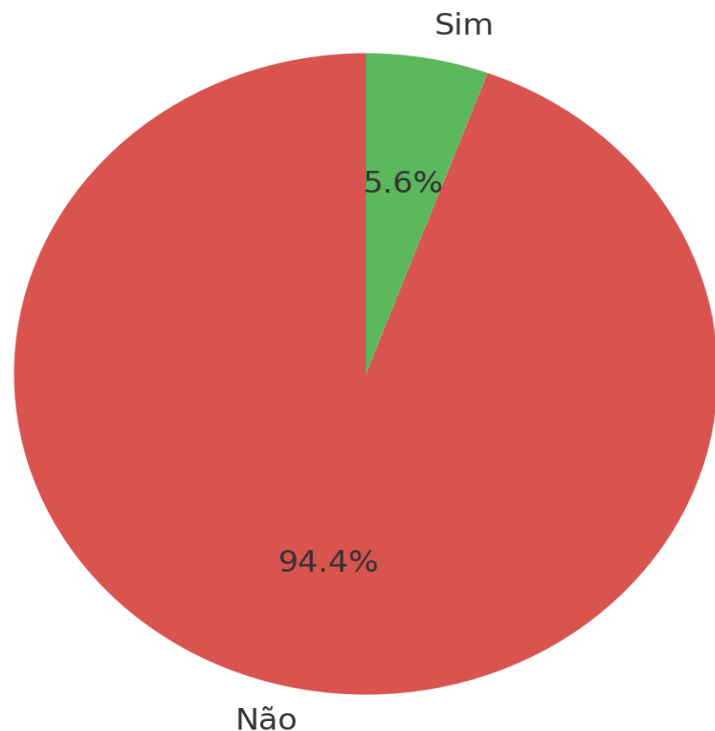


- A maioria das UCIs está vinculada ao **Gabinete do Prefeito**. Parte menor se subordina à **Administração, Planejamento ou Finanças**, indicando vínculos técnicos, mas sem plena autonomia

Fonte: IEGM, 2025/2024

O Responsável pela Unidade Central de Controle Interno ocupa cargo efetivo?

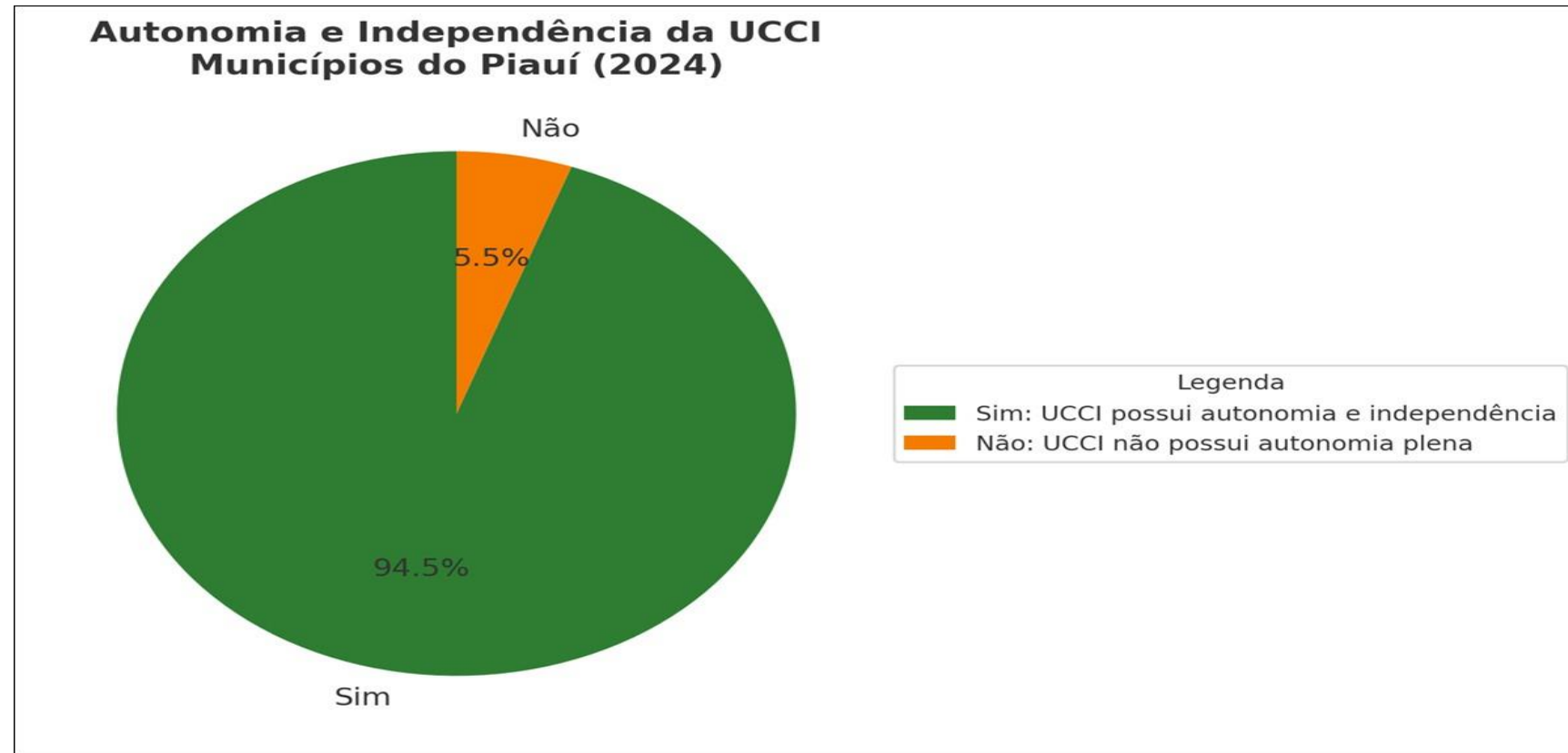
**Servidor Responsável pela Contabilidade
Cargo de Provimento Efetivo**



- Municípios que possuem servidor efetivo garantem maior estabilidade e continuidade administrativa
- A presença de efetivos fortalece a independência técnica frente a mudanças políticas
- Contribui para a profissionalização da gestão pública, com servidores concursados especializados

Fonte: IEGM, 2025/2024

A Unidade Central de Controle Interno possui Independência para o Exercício de suas funções?



Fonte: IEGM, 2025/2024

Análise da Independência do Controle Interno

Consequências da ausência de independência

Subordinação política ou administrativa

Perda de credibilidade

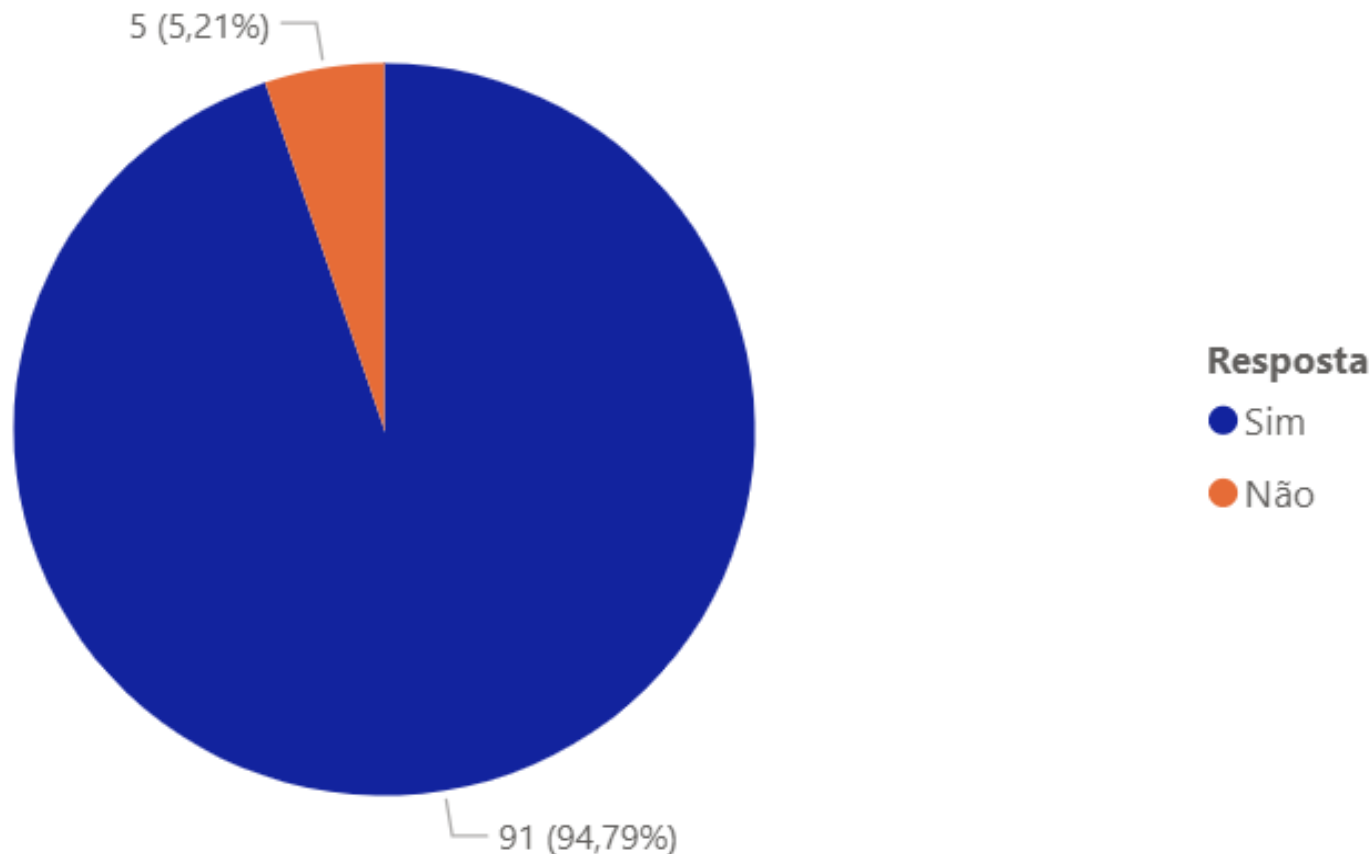
Inibição da atuação fiscalizatória

Fragilidade na prevenção de fraudes

Dependência excessiva do controle externo

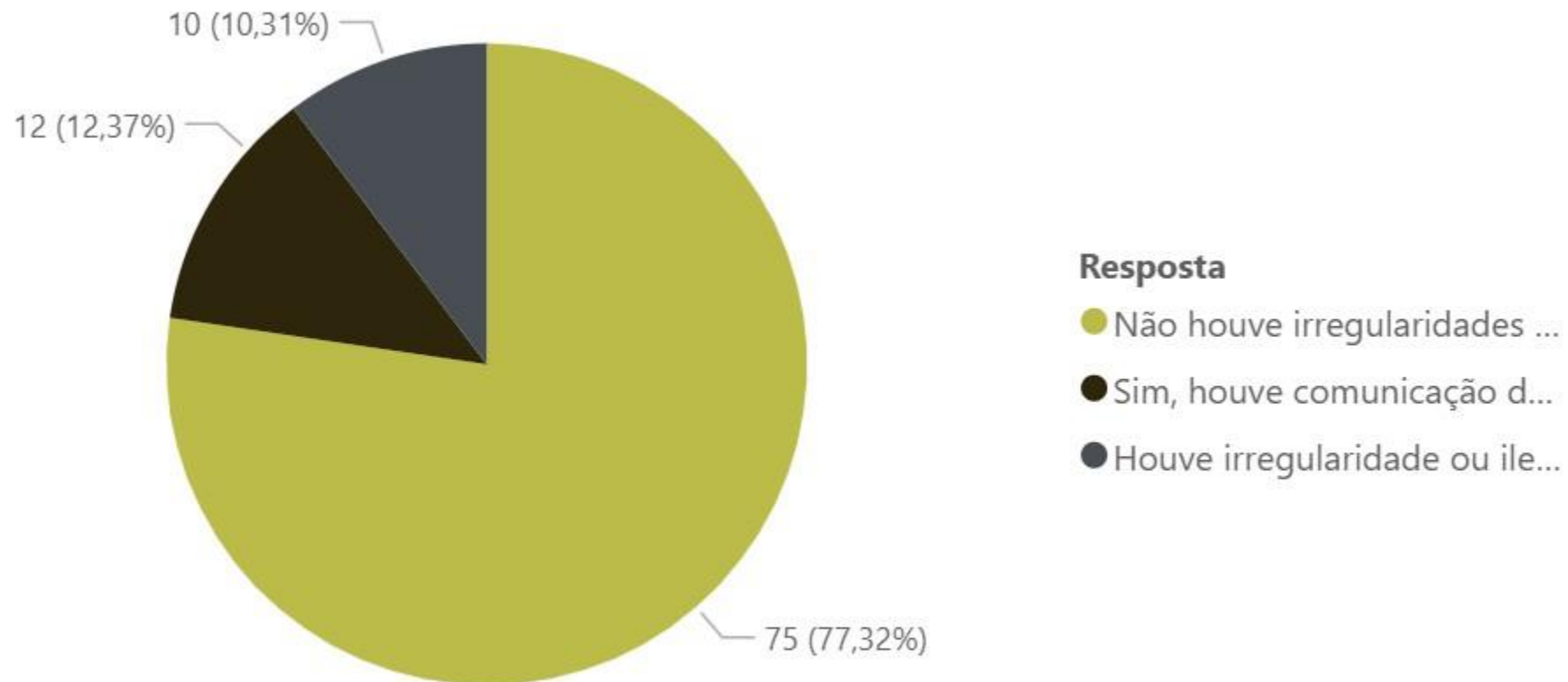
Enfraquecimento da governança pública

A prefeitura dispõe de recursos humanos necessários a operacionalização das atividades do sistema de controle Interno?



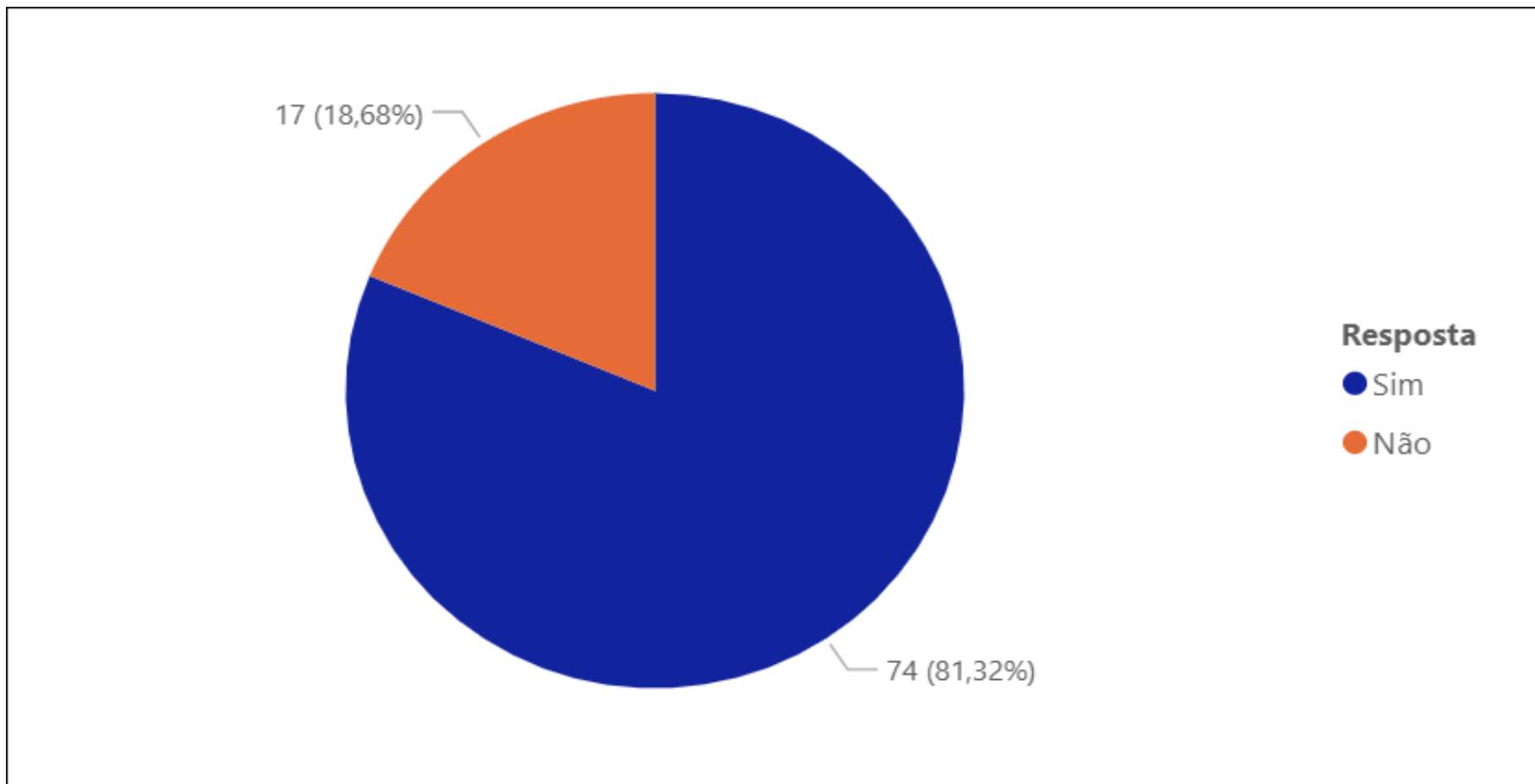
Fonte: IEGM 2025/2024

A UCCI procedeu com alguma comunicação de irregularidade em 2024?



Fonte: IEGM 2025/2024

O SCI recebeu treinamento para o exercício das funções?



Fonte: IEGM 2025/2024

Controle Interno como Agente de Transformação

Não é burocracia: é gestão inteligente.

Garante que o recurso público chegue ao cidadão.

Favorece gestores responsáveis e protegidos.

Cria ambiente de transparência e credibilidade.

Desafios e Caminhos

Resistência a
mudanças

Falta de estrutura
técnica

Necessidade de
capacitação
contínua


Caminhos:
planejamento,
cooperação e
tecnologia

Considerações Finais

“Controle Interno forte é gestão pública transformadora.”



“Municípios que investem em controle interno, investem em resultado para a população.”



TCE/PI – Parceiro dos Municípios.

Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (EGC)

***Av. Pedro Freitas, 2100, Prédio Anexo II - 3º andar -
Centro Administrativo - Teresina-PI - CEP: 64018-900***

Tel.: (86) 3215-3927

Email: escola@tcepi.tc.br



“Não há nada tão inútil quanto fazer com eficiência o que não deveria ser feito.” Peter Drucker

